



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PAPEL DO PROFESSOR NO
ENSINO REGULAR**

Kátia Regina Gonçalves Frota

Januária, MG, Brasil

2010

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PAPEL DO PROFESSOR NO ENSINO REGULAR

por

Kátia Regina Gonçalves Frota

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**Januária, MG, Brasil
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação**

Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PAPEL DO PROFESSOR NO ENSINO REGULAR

elaborado por
Kátia Regina Gonçalves Frota

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a MSc. Fátima Terezinha Lopes da Costa
(Presidente/Orientador)

Januária, MG, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

Educação Inclusiva e o Papel do Professor no Ensino Regular

AUTOR: Kátia Regina Gonçalves Frota

ORIENTADOR: Prof^a Ms. Fátima Terezinha Lopes da Costa, Prof^a. Ms.
Sinara Pollom Zardo, Prof^o. Ms Vantoir Roberto Brancher.

XX

O tema deste estudo foi escolhido devido à percepção das dificuldades encontradas por pessoas com deficiências, ao ingressar nas escolas, pois os desafios são vários. O objetivo que orientou este estudo foi a necessidade de entender de que maneira o professor se prepara para receber e trabalhar com os alunos especiais? Quais as diretrizes que a escola oferece para facilitar a aprendizagem e a adaptação destes à rotina e ao currículo escolar. Para a elaboração deste artigo monográfico realizou-se uma pesquisa de campo com profissionais que atuam na área da educação e possui experiência na prática inclusiva. Na sala do AEE- Atendimento Educacional Especializado na Escola Municipal “Santa Rita”- Januária/MG escola que atende os anos iniciais do Ensino Fundamental. Os objetivos propostos na pesquisa foram alcançados, porém é visível que a escola pública necessita de mudanças para que atendam os alunos com necessidades especiais respeitando assim os seus direitos, bem como investindo em sua aprendizagem satisfatória, para que haja sucesso com esta modalidade é necessário mais compromisso por parte dos governantes de um modo em geral.

Palavras-chave: Inclusão, Deficientes, Formação de Professores.

**Specializatio Course in Special Eduication- Cognitive Deficits and
Deaf Education
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brazil**

ABSTRACT

**INCLUSIVE EDUCATION AND THE ROLE OF THE TEACHER IN
SCHOOL SETTING**

AUTHOR: Kátia Regina Gonçalves Frota

COACH: Prof^a. MS. Terezinha Fátima Lopes da Costa; Prof^a MS sinara
Pollom Zardo; Prof^o. MS. Vantour Roberto Brancher.

This research theme was chosen, by analyzing the difficulties suffered by people with special needs when they are in the school Ambience. The objective was the need of understanding the teacher's preparation to receive and to work with special need students, beyond the guidelines offered by the school to help these students in the adaptation of the scholar daily. This article was elaborated by the realization of a field research with education professionals having experience in the inclusive practice. Room of the AEE- Educational Treatment Specialized in the Municipal School "Santa Rita" Januária- MG. The initial objectives were gotten, but it's perceptible: the public school needs to change, this way the special need students could be treated in a better way, having their rights respected, and receiving a satisfying apprenticeship. Its necessary more commitment from de governing people and from de others, herewith the inclusive education will have success.

Word-Key: Inclusion, Deficient, Teachers Formation.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	04
CAPÍTULO I	
1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	07
1.1 Educação Especial	10
1.2 Princípio da Educação Inclusiva	10
1.3 Dificuldades Encontradas no Processo de Inclusão	13
CAPÍTULO II	
2 INCLUSÃO	16
2.1 Inclusão Na Modernidade	16
2.2 Declaração de Salamanca	18
CAPÍTULO III	
3 O TRABALHO METODOLÓGICO	21
3.1 Capacitação dos Profissionais Docentes	21
3.2 Escola Espaço Inclusivo	23
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
6 ANEXO- Entrevista	29

APRESENTAÇÃO

A sociedade está em constante processo de mudança e, para a educação esta prática é primordial, porque trabalhar com as diferenças valorizando-as é um fator imprescindível para o desenvolvimento da humanidade.

A história dos deficientes na sociedade cumpriu uma grande jornada até que chegasse ao conceito de inclusão. Inicialmente essas pessoas eram segregadas das Instituições Educacionais comuns, eram integradas em uma rede de ensino paralelo ou em classes especiais dentro de escolas comuns.

A inclusão para as crianças com deficiências é fator que vem crescendo nos últimos anos, portanto as escolas necessitam de garantir suas funções de ajuste social com uma dimensão ampla em todos os aspectos, que seja suporte para a formação dos indivíduos enquanto, ser social, ativo e participativo. Assim o aluno deficiente necessita de atividades que acompanhe e estimule seu desenvolvimento.

Portanto o objetivo da Educação Inclusiva é buscar o desenvolvimento de todos os alunos, independente de suas limitações. Oferecendo as mesmas alternativas que possibilitem o alcance dos seus objetivos

Aos poucos a sociedade está moldando uma concepção atual que implica uma nova postura de todos os que fazem parte do sistema educacional. Essa maneira de entender faz-se necessário à mudança no sentido do ensino e da aprendizagem.

O tema foi escolhido devido à percepção das dificuldades encontradas em pessoas com deficiência ao ingressar nas escolas, pois os desafios enfrentados são vários. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva-2008 prevê que todo aluno possui direitos, embora exista resistência das escolas.

Diante desta realidade é muito importante entender como o professor se prepara para receber e trabalhar com os alunos especiais? quais as diretrizes que a escola oferece para facilitar a aprendizagem e a adaptação dos alunos com deficiências, à rotina?

A inclusão no ensino regular é acima de tudo uma questão de cidadania, visto que todo cidadão tem direito a educação, independente de suas especificidades, desde que estas não impeçam de participar do processo educacional.

No capítulo I deste artigo apresenta a história da educação inclusiva; educação especial; o princípio da escola inclusiva e dificuldades encontradas no processo de inclusão. Elementos essenciais para a compreensão do que vem a ser a inclusão.

O capítulo II aborda a inclusão, a inclusão na modernidade e a Declaração de Salamanca.

No capítulo III trabalho metodológico, capacitação dos profissionais docentes e escola-espço inclusivo.

Para realização deste trabalho monográfico, utilizou-se como instrumento de pesquisa, no que se refere à metodologia de trabalho, uma leitura prática. Para coleta de dados foi realizado uma pesquisa de campo em uma escola pública municipal que atende alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental, no município de Januária/MG para observar o elo entre a proposta de inclusão e o cotidiano da escola regular.

A pesquisa utilizada servirá de instrumento para uma melhor compreensão da realidade específica, coletando dados descritivos através de situações e acontecimentos referidos a escola.

A escola pesquisada não dispõe dos recursos necessários para a inclusão, faltam instalações adequadas à acessibilidade como: banheiros adaptados, sala de aula apropriada, capacitação dos professores, rampas e outros. De acordo com a direção da escola, todos os alunos são matriculados normalmente. Porém a Escola Municipal “Santa Rita” conta com a sala do AEE. Atendimento Educacional Especializado, que tem os recursos e as metodologias para trabalhar com alunos deficientes. Os alunos são atendidos em turno extra ao ensino regular, porém a capacitação dos professores ainda é escassa.

Todos os profissionais buscam soluções através da sensibilização, conscientização, pois quando se trabalha em equipe, torna-se possível esta continuidade profissional e social.

Ainda há muito que fazer, pensar, pesquisar, discutir, debater e se informar sobre este assunto. Porém com a união de esforços entre escola, família, recursos, pode-se amenizar as dificuldades, dando a todos os alunos a oportunidade de serem assistidos e bem interagidos nas escolas de ensino regular. A escola visitada dispõe da colaboração de todos os envolvidos e toda equipe está empenhada na busca de soluções e recursos, através de parcerias e reivindicações, a fim de possibilitar a participação de todos.

CAPÍTULO I

1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A história da humanidade pode ser analisada pela perspectiva de movimentos sociais organizados, nas mais variadas formas, desde lutas armadas até organizações pacifistas, em busca da conquista e manutenção de direitos nas mais variadas áreas de ação.

As sociedades humanas evoluíram bastante nesta direção, tornando-se cada vez mais inclusivas, exceto aquelas que, sob o regime totalitário movido por razões político-econômicas ou religiosas, encontra-se em situação de exceção, com violenta e flagrante agressão as normas mais elementares de direitos do mundo contemporâneo.

Os anseios pela inclusão sempre estiveram presentes na história da humanidade. Quando nos recentes anos, particularmente a partir da década de 90, a proposta e a defesa da inclusão escolar tornaram-se pautas obrigatórias de discussões, na realidade, observamos uma especialização da luta pela construção da sociedade inclusiva. Esta construção, talvez utopia dos tempos remotos, não é mais apenas um sonho, um projeto vago e ingenuamente concebido, mas tornou-se uma realidade.

Na grande maioria das sociedades humanas, hoje é inaceitável a existência de grupos de pessoas sumariamente excluídas sem direito a satisfação das mais básicas necessidades. As inúmeras situações de injustiça, discriminação e exclusão existentes em todos os cantos do mundo.

No século XX a sociedade percebe a necessidade de socialização também com as pessoas deficientes seja ela física mental e sensorial, porque através da socialização com as demais pessoas as pessoas deficientes se desenvolvem. Neste período intensificou-se bastante a luta pela igualdade de direitos, empreendida por vários setores da sociedade, com a organização de movimentos sociais reivindicatórios de diversos grupos minoritários. Inicia-se a história da inclusão

com o objetivo de integração da criança considerada normal com a que apresenta deficiência.

As conquistas das últimas décadas estão representadas, equivocadamente ou não, em código de conduta das nossas sociedades nas formas de leis ou simplesmente embutidas nas relações sociais construídas no cotidiano das pessoas ou eventualmente infringidas nessas relações sociais.

Nas décadas de 70 e 80, era extremamente desconfortável discutir com os professores da rede pública a questão do baixo rendimento escolar de seus alunos.

A inclusão trazida no contexto da educação está propiciando discussões em toda comunidade escolar, seja de entusiasmo e encantamento, seja de termos de desconfiança.

A discussão está instaurada na escola. Ainda que com alguns equívocos, muitas escolas têm-se auto denominado inclusivas, permitindo que as crianças e jovens com alguma necessidade educacional especial freqüentem as escolas sendo eles deficientes ou educacionais, e em classes de escolas regulares.

A educação, como um direito de todos os cidadãos estabelecido pela Constituição Federal do Brasil, foi reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (Lei nº 9394/96) que destina o capítulo V à Educação Especial. O art. 58 da LDBEN define que a educação dos alunos com necessidades especiais deve ser realizada, preferencialmente na rede regular de ensino.

“É uma tarefa árdua para as escolas públicas assumirem as obrigações da inclusão, isto é, absorverem entre os alunos as crianças com necessidades especiais, como os surdos, cegos, os que tenham dificuldades de locomoção ou outras limitações de caráter físico, psíquico e social, bem como os superdotados e os hiperativos. (HINGEL, 2002, p. 5).

Neste contexto a Secretaria do Estado da Educação/MG lança livros e cartilhas com normas e idéias para que as escolas possam estar se adaptando e preparando para receber os alunos com necessidades especiais. As escolas

inclusivas devem reconhecer e dar respostas às necessidades diferenciadas dos alunos, tendo em conta os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando a qualidade da educação através de currículos adequados, de adaptações organizacionais, estratégias de ensino e parceria com a comunidade.

“Quando as escolas incluem todos os alunos, a igualdade é respeitada e promovida como um valor na sociedade, com os resultados visíveis da paz social e cooperação”. (STAINBACK, 1999, p. 27).

No avanço, alguns avanços já podem ser observados na análise dos indicadores das políticas públicas de educação inclusiva. A formação de professores é elemento central para elevar a qualidade da educação brasileira, na perspectiva da implementação da política da educação inclusiva. A promoção da formação continuada de professores da educação básica se efetiva por meio do apoio do Ministério da Educação e do Desporto e da Secretaria de Educação Especial aos cursos específicos da área da educação especial, na ótica da educação inclusiva, dando ênfase ao atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos nos sistemas educacionais.

A inclusão de alunos deficientes no ensino teve início na década de 80, onde muitos alunos com deficiências começaram a ser integrados em classes regulares. Hoje com a adoção do conceito de deficientes, afirma-se o compromisso com uma nova abordagem que tem como horizonte a inclusão do educando especial na escola regular, pública ou particular. Acredita-se que para a educação inclusiva obter sucesso nas escolas de ensino regular é necessário capacitar os professores em progressão continuada para que possam assumir com devida competência, assim como distribuir estes alunos em várias classes de acordo com o seu desenvolvimento escolar e faixa etária, buscando garantir o acompanhamento e orientação de equipe multidisciplinar dentro e fora da escola para possibilitar a formação global do aluno, enfatizando o desenvolvimento das inteligências múltiplas, autonomia, auto-estima, disciplina, honestidade, responsabilidade e criatividade.

Não basta acolher, deve-se garantir os avanços de todos os alunos, promovendo efetivamente uma educação democrática que atende os anseios de todas as políticas humanistas. A educação inclusiva centra-se em como apoiar as qualidades e as necessidades de cada um e de todos os alunos na escola, ressaltando a necessidade de envolvimento de toda a sociedade.

1.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial é um sistema educacional paralelo ao sistema geral (rede regular de ensino) que funciona apenas junto às escolas especiais e classes especiais; e as atividades da educação especial são desenvolvidas em escolas ou salas específicas.

Esta concepção foi superada já na Lei nº 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN, quando ela afirma que a educação especial é a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos deficientes.

Os alunos considerados “especiais” deficientes deverão desfrutar de uma vida plena e descente em condições que garantam sua dignidade, favoreça sua autonomia e facilite sua participação ativa na humanidade.

1.2 PRINCÍPIO DA ESCOLA INCLUSIVA

O século XVIII foi uma época caracterizada pela ignorância e rejeição ao deficiente. Os deficientes mentais eram internados em orfanatos ou manicômios. A morte era comum a recém-nascidos que possuíam anormalidades. Durante a Idade Média, a Igreja católica condenou o assassinato de crianças e atribuiu as causas sobrenaturais às anormalidades, que eram consideradas possuídas por espíritos malignos, estas pessoas eram submetidas ao exorcismo.

Existia a idéia de que era preciso proteger os indivíduos considerados normais dos deficientes, pois estes representavam um perigo para a sociedade. Era

necessário separar o deficiente. Para isso eram criadas escolas fora dos povoados, sob o raciocínio de que o campo proporcionaria uma vida mais saudável e alegre.

No final do século XVIII e início do século XIX, surge a Educação Especial. A idéia de que era preciso proteger a pessoa considerada normal daquela que para a sociedade representava um perigo. Foi um apóio mais assistencialista do que educacional.

O deficiente era considerado elemento impulsivo e as atitudes negativas para com estes permaneciam até meados do século XX.

Ao longo do século XIX criam-se escolas especiais para cegos e surdos e no final deste século inicia-se o atendimento a deficientes mentais em instituições próprias.

Toda pessoa possui direitos quanto à inclusão. Através do aprimoramento e desenvolvimento intelectual todos são capazes de realizar todas as atividades e os profissionais deverão ser capazes de adaptar a legislação com a realidade das escolas, famílias e sociedades.

A inclusão é para todos os portadores de deficiências, que necessitam receber um atendimento especializado em todas as escolas. A inclusão necessita ultrapassar regras e alcançar os objetivos desejados.

De acordo com a Constituição de 1988 é garantida a matrícula de toda criança no Ensino Fundamental. Os alunos com deficiências devem ser inseridos no ensino regular. Esta criança necessita integrar-se na sociedade, nas relações. Devem ser trabalhadas as diferenças nas salas de aula para que o sujeito cresça a cada momento combatendo a discriminação existente e tornando a comunidade aberta e solidária, buscando a construção de uma sociedade mais igualitária.

No Brasil a educação inclusiva intensificou-se somente nos últimos anos, pois se percebe que as diferenças não são fatores que impedem o desenvolvimento e aprendizagem.

A educação inclusiva é um processo que visa inserir alunos com deficiências nas escolas comuns. As escolas chamadas inclusivas devem ter o compromisso de oferecer apóio para todos os alunos obterem êxitos, proporcionando uma ampla variedade de propostas, condições de efetiva

aprendizagem, facilidade para andar, escrever, falar, sentir-se aceito como ele é, socializar-se e ser valorizado pelo que sabe e consegue para tornar-se uma pessoa realizada e feliz.

Os alunos portadores de deficiências deverão ser incluídos no ensino regular e constituir um sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos. Esse sistema não visa somente aos alunos, mas também aos professores, pessoal administrativo e demais funcionários, para que obtenham sucesso no processo educativo.

Qualquer escola que se convencer da necessidade de se adequar aos novos tempos e aos novos valores sociais estará iniciando uma desafiadora jornada da inclusão escolar, cuja principal mensagem é a de que a educação de crianças portadoras de deficiências e crianças consideradas normais, juntas, desenvolverá relacionamentos positivos através de experiências educacionais e sociais fundamentalmente vantajosas.

A importância da proposta de inclusão escolar desenvolve-se no sentido de buscar formas de superar as situações de exclusão, reconhecendo o direito de ser diferente e envolvendo toda sociedade no atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais. Sua tarefa é estimular a participação social de todos os grupos que se encontram excluído. O grande objetivo a ser conquistado é a construção de uma sociedade inclusiva, com a contribuição indispensável das escolas, que tem de constituir espaços educativos para todos.

É importante compreender que a inclusão não é tarefa da Educação Especial, mas das redes de ensino regular.

A educação inclusiva baseia-se no princípio de que todo e qualquer aluno pode experimentar dificuldades em algum momento de seu processo de aprendizagem, que as dificuldades experimentadas pelos alunos no seu processo de aprendizagem são encaradas como uma fonte de conhecimento e de aperfeiçoamento das práticas o que implica um processo contínuo de melhoria da escola, com o fim de utilizar todos os recursos disponíveis, especialmente os recursos humanos, para promover a participação e a aprendizagem de todos os alunos na sociedade.

A escola regular com uma orientação inclusiva é o meio eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, de edificar uma sociedade inclusiva e de conseguir educação para todos. Além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa boa relação envolvendo todo o sistema educativo.

A escola inclusiva deve reestruturar seu programa de ensino, pedagogia, avaliação e sistemas de agrupamento para garantir acesso e sucesso a todas as crianças da comunidade; todos os professores devem aceitar a responsabilidade pelo aprendizado de todas as crianças, recebendo treinamento contínuo, apóio do diretor, do corpo administrativo da escola, de seus colegas e da comunidade e todas as crianças freqüentando a escola local, na sala de aula regular e com o devido apóio.

É preciso que o professor ofereça subsídios para o desenvolvimento do educando de acordo com sua responsabilidade como profissional. Quando a escola realiza o processo de integração, a socialização da criança ocorre de modo harmônico.

A legislação vigente demonstra que a proposta pedagógica das escolas oferecem todas as condições para que o educando atenda suas necessidades, reconhecendo seu trabalho e se beneficiando com as trocas de relações, assegurando a compreensão e o entendimento do professor como um formador de cidadãos. (PCN, 1998).

1.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO

A não adaptação dos profissionais e da escola, a falta de material pedagógico, espaço físico e qualificação dos professores são dificuldades que interferem no processo da inclusão.

Algumas resistências são encontradas na própria gestão da escola, pois quando insere a inclusão é necessário investir em recursos tecnológicos,

pedagógicos e na formação do profissional fazendo com que a criança se sinta rejeitada.

As famílias também, diante aos desafios, muitas vezes acaba dificultando, pois acredita que o filho venha a ser rejeitado nas escolas.

A inclusão vem acontecendo de forma progressiva, algumas instituições especializaram-se para integrá-las ao ambiente oferecendo a capacitação ao professor juntamente com a participação da família.

A educação é para todos, Toda criança precisa receber todos os cuidados para desenvolver-se e inserir as habilidades frente ao universo que a cerca. Desta forma observa-se que os sistemas escolares não estão preparados para incluir os alunos que apresentam necessidades especiais, não possui profissional qualificado para trabalhar com as crianças.

As dificuldades para os portadores de necessidades especiais são integrados a todo o momento da construção da identidade do sujeito, é preciso reconhecer as suas potencialidades e entender as dificuldades apresentadas por parte do aluno, por isso os profissionais são orientados de modo que os preconceitos não afetem a aprendizagem da criança. Os técnicos da educação, os professores, pedagogos devem buscar possíveis soluções para os problemas de aprendizagem da criança.

Muitas pessoas ainda Entendem Educação Especial como uma modalidade que substitui a escolarização, voltada exclusivamente para crianças com necessidades especiais.

“A inclusão da pessoa portadora de deficiência depende ainda da aceitação da sociedade, tendo ele, como um cidadão que possa exercer os seus direitos e também uma vida digna, criando-lhe um ambiente adequado vinculado ao surgimento de novas mentalidades sobre a pessoa portadora vinculado ao surgimento de novas mentalidades sobre a pessoa portadora de deficiência que permitam com isso uma avaliação de planejamento de ações futuras, assegurando-lhe condições propícias de respeito às suas diferenças individuais.” CARVALHO (2000, p.72).

É no convívio com as demais crianças e com o meio ambiente que as necessidades do ser humano se manifestam.

No entanto, busca-se uma escola inclusiva que valorize as diferenças de modo que o aluno se sinta seguro e determinado a enfrentar desafios e resultados garantidos para a formação do homem e sua integração frente ao universo que o envolve.

CAPÍTULO II

2 INCLUSÃO

A educação inclusiva é uma abordagem que procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com foco específico nas pessoas ou grupo de pessoas que estão excluídas da efetivação do direito à educação e que estão fora da escola ou enfrentam barreiras para a participação nos processos de aprendizagem escolar.

A educação inclusiva ocorre a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo em reestruturação que beneficie todos os alunos. A organização de uma escola para todos que prevê o acesso à escolarização e ao atendimento às necessidades educacionais especiais.

Nesse processo, a formação do docente é fundamental para que a aprendizagem esteja centrada no potencial de cada aluno, de forma que uma incapacidade, ou em déficit no desenvolvimento não seja classificada como falta de competência para aprender e nem causa para que os alunos desistam da escolarização.

2.1 INCLUSÃO NA MODERNIDADE

No contexto atual a inclusão apresenta suas diferenças, por um lado alguns grupos lutam para atender as necessidades dos alunos, e por outro falta a formação que não provoca o ensino de qualidade.

Os professores em geral não se encontram preparados para lidarem com as crianças portadoras de deficiência. A presença de um profissional qualificado é importante, para que as necessidades dos alunos sejam atendidas.

A tecnologia possibilita a inserção da criança ao meio em que vivem, estes elementos contribuem para o aprimoramento da criança quanto a aquisição de novos conhecimentos.

Outro fator importante é o medo da mudança. As diferenças também são ameaças que provocam afastamento e reforça o preconceito. O professor desconhece quem é este aluno, suas necessidades, suas possibilidades, seus desejos, seus obstáculos e limitações.

As resistências são determinantes nas escolas devido à falta de segurança e conhecimento por parte dos professores frente aos novos desafios para com o aluno portador de necessidades especiais.

A integração é muito mais do que um simples atendimento aos deficientes, representa o combate à separação, o respeito e a consideração da existência das diferenças humanas.

“A integração como Filosofia Educacional não se defende ideologicamente. Trata-se de um realismo social e de uma justiça social a que o sistema de ensino não pode continuar alheio”. (FONSECA, Victor, 1995, p. 209).

A inclusão surgiu com o objetivo de estabelecer as primeiras tentativas de questionar e opor resistência a segregação e ao isolamento em que se encontravam as pessoas com deficiências nos centros de educação especial.

Com este movimento, consolidaram-se as classes especiais dentro da escola regular e mais tarde, passando dar assistência a estes alunos em tempo parcial em classes regulares.

A integração escolar tem sido contextualizada como um processo de educar, ensinar crianças ditas “normais”, junto com os portadores de deficiências, durante uma parte ou na totalidade de seu tempo e permanência na escola. Trata-se de um processo gradual e em movimento, assumindo várias formas, segundo as necessidades e características de cada aluno, levando sempre em consideração o seu contexto sócio-econômico.

“A integração reclama o direito de todas as crianças serem aceitas pela escola pública, não obstante o aspecto atípico ou desviante que apresentem em termos de aparência, capacidade ou comportamento. (FONSECA, Victor, 1995, p. 209).

Inúmeras escolas ainda não consideram a questão dos alunos com deficiências, algumas se limitam a adequar espaços físicos. Acesso à escola, não significa integração o que é importante é a permanência, a convivência com a diversidade, a interação com os outros.

Nos dias de hoje a inclusão é um fenômeno complexo que vai muito além de colocar ou manter as pessoas com necessidades especiais em classes regulares. É parte do atendimento que atinge todos os aspectos do processo educacional. Integrar o sujeito deficiente é fator importante para o surgimento de reformas exigidas no campo da Educação Especial atingindo as modalidades de atendimento ao especial, o processo de ensino aprendizagem, a formação de recursos humanos, as barreiras físicas impostas pelos sistemas de administração, constituindo-se assim temáticas decisivas nos programas, planos e projetos.

2.2 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

Em 1994, reuniram-se em Salamanca- Espanha- mais de trezentos representantes de noventa e dois governos e de vinte e cinco organizações internacionais com o objetivo de promover a educação para todos, investigando as mudanças necessárias para favorecer o enfoque da educação inclusiva. A conferência aprovou a Declaração de Salamanca, de princípios, política, prática das necessidades educativas especiais e um caminho de ação, o que reflete o consenso mundial sobre os novos rumos dos serviços educativos especiais e que promulga:

“Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter um nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidade; aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades; escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo sistema educacional” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO, p.10)

Segundo a Política Nacional de Educação Especial (MEC-1994 p. 37), “a educação deve ser princípio, liberal, democrática e não doutrinária”. Diante dessa concepção o aluno é digno de respeito e do direito à educação de melhor qualidade.

“A Declaração de Salamanca consiste em proporcionar uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de “Educação para todos” firmada em 1990 ela promoveu o princípio e a discussão da prática de garantia de inclusão das crianças com necessidades especiais por direito numa sociedade de aprendizagem”. (UNESCO, 1994, p. 15).

A educação tem como principal preocupação o desenvolvimento integral do homem e a sua preparação para uma vida produtiva na sociedade, fundada no equilíbrio entre os interesses individuais e as regras de vida nos grupos.

A declaração se dirige aos sistemas de ensino, para que possam, abranger todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais; adotar com força de lei ou como política, o princípio da educação integrada, que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, criar mecanismos descentralizados e participativos, de planejamento, supervisão e avaliação de ensino de crianças e adultos com deficiência; promover e facilitar a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência no planejamento e no processo de tomada de decisões, para atender pessoas com necessidades educacionais especiais.

È importante pontuar a evolução do procedimento dos “não deficientes” e das pessoas com deficiência, em busca do conhecimento, aceitação mútua, bem como da importância da organização de movimentos sociais removendo a abordagem histórica das relações entre as pessoas e o meio social.

CAPÍTULO III

3 TRABALHO METODOLÓGICO

A escola prepara para o futuro e certamente, que se as crianças conviverem e aprenderem a valorizar a diversidade em sala de aula.

A inclusão deve começar cedo, a partir dos primeiros anos de escolaridade, pois assim as crianças aprenderão a conviver com as diferenças, respeitando seus semelhantes e conhecendo outras realidades do mundo.

A proposta da educação como um avanço conquistado apenas exige recursos especiais, materiais humanos como: formação adequada de toda equipe de professor, direção, equipe de apoio pedagógico, bem como, de materiais didáticos e recursos específicos.

Buscam-se soluções através da sensibilização, conscientização, pois quando se trabalha em equipe, torna-se possível esta continuidade profissional e social.

3.1 CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DOCENTES

De acordo com o Plano Nacional PNE, Lei Federal nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, algumas das metas da educação inclusiva é generalizar, em alguns anos, como parte dos programas de formação em serviço a oferta de cursos sobre o atendimento básicos a educandos especiais, para os professores em exercício para a educação infantil e no ensino fundamental, utilizando inclusive a TV escola e outros programas de capacitação; incluir nos currículos de formação de professores, nos níveis médios e superiores, conteúdos e disciplinas específicas para a capacitação ao atendimento dos alunos especiais; incluir ou ampliar, especialmente nas universidades públicas, habilitação específica, em níveis de

graduação e pós-graduação, para formar pessoal especializado em educação especial, garantindo em cinco anos, pelo menos um curso desse tipo em cada unidade de federação.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares estratégicas para a educação de alunos com deficiência é um documento elaborado para orientar o professor de ensino fundamental em relação à prática junto a criança com necessidades especiais.

As Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica é outro documento que visa esclarecer sobre a organização do sistema de ensino para o atendimento ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais.

“A formação do educador deve estar associada a uma prática reflexiva e mudança de postura, para que as legislações que regem a inclusão não sejam vistas como uma imposição, mas como garantia aos direitos de todos, a uma educação de qualidade”. GUIMARÃES (2002, p. 27).

Promover oportunidades para a capacitação, não significa necessariamente, influenciar a maneira como os professores sentem-se em relação a inclusão, é preciso que haja sentimentos, e devem ser respeitados, quando houver dúvidas que o professor tenha liberdade para falar e jamais deixe guardada ou esquecida. Os professores necessitam de liberdade para refletir sobre as propostas de mudanças que oscilem com seus valores e com suas certezas, assim como aquelas que afetam sua prática profissional, pois ensinar é de fato uma tarefa complexa e exige dos professores conhecimentos novos. Muitas vezes contradizem o que lhes foi ensinado e o que utilizam em sala de aula.

“Para os professores que estão recebendo alunos com necessidades educacionais especiais em suas turmas, particularmente, faz-se necessária a formação em serviço. E preventivamente, cumpre, examinar a formação inicial de todos os

professores, de modo a assumirem a perspectiva da educação para todos ao longo de toda a vida, conjugando-se qualidade com equidade”. EDLER (2000, p. 172).

Portanto, faz-se necessário lembrar que não basta a escola matricular o aluno e dizer que é uma escola inclusiva, é preciso garantir as condições necessárias de aprendizagem aos alunos deficientes. A estrutura adequada é essencial, mas é fundamental definir um bom planejamento, avaliação verificando as possibilidades e necessidades dos alunos, criatividade e boa vontade. É importante que o professor seja capaz de tornar-se capaz.

Para tanto, as redes de ensino devem estruturar-se de forma diferente e também se sabe que esta luta é grande e vários municípios já estão preparando para tornar isso realidade.

A inclusão exige da escola, através dos recursos diversificados e mudanças de atitudes o seguro, o efetivo acesso aos conhecimentos socialmente construídos e a reelaboração dos mesmos a partir das habilidades prévias para um processo contínuo e inacabado do aprendizado.

3.2 ESCOLA-ESPAÇO INCLUSIVO

A instituição educacional deve promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos alunos, e ao mesmo tempo facilitar-lhes a integração na sociedade como membros ativos. Para tanto, o indivíduo deficiente deve ser visto como um sujeito eficiente, capaz, produtivo e, principalmente apto a aprender, para o exercício de suas funções na sociedade.

“As escolas capacitam seus professores, preparam-se, organizam-se e adaptam-se para oferecer educação de qualidade para todos.” HINGEL (2002, p. 42).

O favorecimento da aprendizagem de qualquer aluno implica, para o educador, saber o que é processo de aprendizagem e de como ele se dá.

Igualmente é importante conhecer sobre o processo de desenvolvimento humano em suas diversas fases examinando suas relações com a aprendizagem. E mais, contextualizar toda essa bagagem teórica.

Educadores que se identificam como profissionais da aprendizagem transformam suas salas de aula em espaços prazerosos onde, tanto eles como os alunos, são companheiros em uma aventura que é o aprender, o aprender a aprender e o aprender a pensar. Neste caso o clima de atividades propicia ações comunicativas entre os alunos e entre os seus professores.

“Tornar a aprendizagem interessante e útil é uma das formas de remover obstáculos. O professor para melhor conhecer os interesses de seus alunos precisa estimular a sua própria escuta criando, diariamente, um tempo de “ouvir” os alunos reconhecendo em suas falas, o que lhe serve como motivação, bem como a “bagagem” que trazem para a escola. EDLER (2000, p. 64.)

Entretanto almeja-se uma escola aberta à diversidade, consciente de suas funções, tanto políticas, como pedagógicas, uma escola sintonizada com os valores democráticos. Mais importante do que conceber a escola como transmissora de conteúdos é concebê-la como espaço privilegiado de formação e de exercício da cidadania.

O movimento da Educação Inclusiva não trabalha com a idéia de que o aluno e a escola devem preparar-se primeiro para uma futura integração. Mas algumas transformações devem acontecer, como por exemplo, a realização de reformas e adaptações para remover barreiras no ambiente escolar, podem ser pré-requisitos para que o processo de integração comece a ser viabilizado.

Portanto, não se trata de colocar de lado os estudantes deficientes da escola regular até que esteja totalmente pronta para recebê-los, nem abandoná-los à própria sorte, numa classe comum, sem o reconhecimento de suas necessidades especiais. Se a simples presença dos alunos com deficiência na escola não garante que o processo de inclusão ocorra espontaneamente, a presença deles é

fundamental para que a comunidade escolar passe, verdadeiramente, pelo processo de transformação necessário.

Além da necessidade de adequação ambiental do prédio escolar e seus acessos, algumas pessoas precisarão utilizar equipamentos que complementem ou substituam certas funções.

Mais importante do que tudo isso é o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem voltado às necessidades e potencialidades de cada aluno, cujo ritmo individual deve ser cuidadosamente considerado e respeitado. Ou seja, é fundamental que o professor e a escola esteja ciente da sua importância em todo processo podem ser necessários pequenas ou grandes adaptações curriculares desde uma alteração no método de ensino até a mudança de objetivos e conteúdos. Do ponto de vista coletivo, as questões relativas à deficiência devem ser vistas como um conteúdo transversal nas disciplinas básicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão dos deficientes no ensino regular entende que a Educação Inclusiva significa garantir uma educação de qualidade para todos os alunos, onde a escola busca meios para trabalhar as diferenças. Isso é uma questão de justiça e equidade social.

A perspectiva de mudanças nos sistemas educacionais impõe que as escolas devem acolher a todos independente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais.

Essa perspectiva requer reflexão, organização de ações e participação de todos, professores, funcionários, pais, alunos num processo coletivo de sua construção.

Hoje a prática docente encontra-se estreitamente ligada a um processo constante de formação, visto que as competências esperadas do professor revelam-se cada vez mais diversificadas para atender ao contexto da educação para todos. Espera-se que o professor esteja sempre disposto a continuar aprendendo, pesquisando e aplicando os novos aprendizados em benefício dos seus alunos.

A educação de hoje requer professor competente, com capacidade e criatividade para construir materiais didático-pedagógicos e potencialize suas habilidades para propiciar condições favoráveis à aprendizagem daqueles que têm algum tipo de limitação. Que seja dinâmico e inovador para buscar o diálogo com os diversos setores sociais, aperfeiçoando a sua atuação pedagógica a partir da socialização dos conhecimentos com outros profissionais e outros setores de trabalho. É preciso encontrar alternativas para a melhoria da qualidade do ensino para todos, sem exclusão.

Os objetivos propostos na pesquisa foram alcançados, porém é visível que a escola pública necessita de mudanças para que atendam os alunos com deficiência respeitando assim os seus direitos, bem como investindo em sua aprendizagem satisfatória, para que haja sucesso com esta modalidade é necessário mais compromisso por parte dos governantes de um modo geral.

Este trabalho foi de grande importância, pois favoreceu a compreensão que para a inclusão, a escola deve estar revendo suas práticas, adaptando materiais, mudando concepções, revendo seu papel, reconhecendo e valorizando as diferenças, explicitando claramente no seu projeto pedagógico o compromisso com o êxito do processo de ensino, a capacitação de profissionais a oferta de recursos pedagógicos especiais aos alunos que deles necessitarem, pois este é o grande desafio.

É importante considerar que a inclusão não deve apenas permear as discussões e debates, mas devem-se buscar alternativas fazendo com que o processo inclusivo venha realmente acontecer na prática do cotidiano escolar, requerendo de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem uma disposição de aceitabilidade à diversidade humana seja no âmbito social ou educacional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CARVALHO, Rosita Edler. *Removendo Barreiras para a Aprendizagem: Educação Inclusiva*. Porto Alegre: Mediação, 2000.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO p.10.

EDLER, Rosita Carvalho. *Removendo Barreiras para a Aprendizagem: Educação Inclusiva*. Mediação, 2000.

FONSECA, Victor Almeida. *Educação Especial: Programa de Estimulação Precoce- Uma Introdução as Idéias de Feuerstein*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GUIMARÃES, Tânia Mafra. *Educação Inclusiva: Construindo Significados Novos para a diversidade*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2002 (Lições de Minas,22).

HINGEL, Murilo de Avelar. *Educação Inclusiva Construindo Significados Novos para a Diversidade*. Belo Horizonte. Secretaria de Estado da Educação, 2002. (Lições de Minas).

LDBEN- Lei 9394 de 20/12/96- (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional- Capítulo V.

MEC/SEESP, *Parâmetros Curriculares Nacionais- Adaptações Curriculares- Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais*- Brasília, 1999.

- Política Nacional de Educação Especial (PNE) - Brasília, 1994.

STAINBACK, Susan. *Inclusão: Um Guia para Educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

ANEXO

ENTREVISTA

Assuntos abordados em entrevista realizada com professores, coordenadores e supervisores da Escola Municipal “Santa Rita”- Januária/MG

- 1- Quais as ações desenvolvidas em relação à inclusão?
- 2- A escola conta com adaptações arquitetônicas adequadas para o atendimento aos portadores de necessidades especiais?
- 3- Os professores participam de cursos de formação continuada?
- 4- A escola tem participado de capacitação que envolve o tema inclusão?
- 5- Como se dá o relacionamento professor x aluno, aluno x professor em se tratando de aluno com necessidades especiais e os considerados “normais”?
- 6- Que apoio a escola recebe da Secretaria Municipal de Educação no sentido de possibilitar a escola o melhor atendimento aos alunos especiais?
- 7- Qual a avaliação que a escola faz das ações até então desenvolvidas para atendimento aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais?